

24.05.1988

P. 2

para de o Legislativo e o Exe-

Haroldo Hollanda

A política só tem andado u samente, de ser governado.

Ritmo lento na Constituinte

Enquanto o deputado José Lourenço, líder do PFL, mobiliza seus correligionários para o decorrer desta semana, acreditando que o mandato de Sarney venha a ser votado até a próxima quinta-feira, o senador Mário Covas, líder do PMDB, tem dúvidas sobre se a matéria em questão terá tempo de ser apreciada pela Constituinte nos próximos quinze dias. Covas faz uma avaliação bastante pessimista sobre o andamento das votações, do que ainda falta ser decidido sobre o texto permanente da futura Constituição, para que possamos entrar nas disposições transitórias, nas quais consta, logo no seu início, o mandato de Sarney.

Ontem não houve quorum para votação, o que se constitui em outro motivo de protelação para o que ainda falta ser decidido pela Constituinte. Covas identifica vários pontos polêmicos que podem consumir em votações esta e a próxima semana, como os dispositivos referentes às comunicações, meio ambiente, direito dos índios, família e ciência e tecnologia. Há ainda sobre cada um desses pontos diversas emendas, cujos autores delas não abrem mão, o que pode representar nova fonte de retardamento das atividades da Constituinte.

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, numa conversa outro dia com o deputado Amaral Netto, líder do PDS, manifestou-lhe a opinião de que votado o mandato de Sarney, a Constituinte corre o risco de entrar num processo de trabalho ainda mais lento do que o atual. Nesse caso não teríamos a nova Constituição promulgada antes de outubro. A opinião de Bernardo Cabral é compartilhada pelo deputado Amaral Netto e por outros parlamentares. Sendo que algumas personalidades políticas entendem que decidida a questão do mandato de Sarney, o Governo reduzirá bastante o seu

empenho em ver concluída a nova Constituição. Nos últimos tempos, as sessões da Constituinte resumem-se a três dias por semana, com votações efetivas entre terça e quinta-feira. As sessões de segunda e sexta-feira acabam sendo simbólicas ou de quorum reduzido.

Adiamento das eleições municipais

Na medida em que a Constituinte só encerre sua missão quase ao final deste ano, em virtude das protelações que vem sofrendo, isso pode se transformar em arma a favor dos que conspiram pelo adiamento das eleições municipais deste ano. Um dos líderes do Governo lembra as razões que fizeram com que o Governo lutasse pelo mandato de cinco anos para Sarney, desaconselhando a realização das eleições presidenciais este ano. Os motivos invocados com vistas ao adiamento das eleições municipais são os mesmos: o temor de que a campanha eleitoral gere gastos insuportáveis para o País, às voltas com uma inflação de 600%.

Mas por trás dessas invocações de ordem financeira há o temor, por parte de lideranças do PMDB, de que uma eleição isolada de presidente da República só venha a favorecer a candidatura de Leonel Brizola. Conjugadas as eleições de prefeitos e vereadores com a da sucessão presidencial, o PMDB, que dispõe de poderosa organização partidária, seria grandemente favorecido na disputa contra a candidatura de Brizola.

Partido de Covas

Ao ser interpelado ontem por um jornalista se o senador Mário Covas vinha para o novo partido de centro-esquerda, a ser em breve formado, o deputado Euclides Scalco assim respondeu: "O novo partido só existe com o Covas". Pela primeira vez, desde que revelou a disposição de abandonar o PMDB, o senador Mário Covas participou na última sexta-feira em

Brasília de uma reunião pública dos políticos que se dispõem a sair do partido para fundar uma nova agremiação. Há quem assegure que tudo estaria acertado: tão logo sejam aprovados os cinco anos de mandato para Sarney, o senador Mário Covas anunciaria de público sua decisão de se afastar do PMDB.

CPI da corrupção

O senador mineiro Itamar Franco, que responde no momento pela CPI da Corrupção instituída pelo Senado, diz que esse órgão teria justificado sua criação, ao constatar a desordem que impera nos escalões governamentais que cuidam da execução orçamentária da União. O senador mineiro considera ainda da maior relevância para o funcionamento das instituições democráticas a sentença dada pelo ministro José Neri da Silveira, do STF, ao encaminhar ao presidente da República a interpeleção judicial a ele dirigida pelo CPI do Senado. "Se fosse nos Estados Unidos — frisa Itamar — teria sido manchete em todos os jornais". O senador Saldanha Derzi, líder do Governo, informa que o presidente Sarney não deverá responder à interpeleção judicial, como fez em episódios anteriores.

Impasse no Senado

O Senado tem sessão convocada para hoje e é pouco provável que haja quorum para decisões. A própria lei de regulamentação das eleições municipais corre o risco de não ser aprovada a tempo. Há mensagens de embaixadores aguardando ali oportunidade de serem votadas há mais de quatro meses. Empréstimos externos dos governos estaduais estão ali congelados pela oposição, que constitui hoje a maioria do Senado. Como represália, senadores ligados ao Governo ameaçam obstruir o projeto de lei regulamentador das eleições municipais.